

### 3

## Sobre deverbais e denominais

Busca-se, neste capítulo, fazer um estudo não só morfológico como também sintático e semântico dos processos de derivação e de conversão para se chegar à direcionalidade da formação dos verbos denominais *-ar* no português brasileiro, com vistas a detectar se o verbo dá origem ao nome, que seria um nome verbal, ou se o nome daria origem ao verbo, fazendo dele, verbo, um denominal.

### 3.1

#### Da derivação

A necessidade de expressão faz com que o falante, de qualquer língua, e de qualquer época histórica, busque palavras que o ajudem a nomear não só os estados, os eventos e os processos, mas também os objetos que o cercam, ou, do sentido gramatical do nome já existente, derivar outros.

Marco Terêncio Varrão (116 a.C. a 26 a.C.), dos maiores gramáticos latinos da antiguidade clássica, já dizia haver dois tipos de declinação: a voluntária e a natural.<sup>4</sup> A voluntária seria o ato de *derivar* de um nome já existente, e por vontade do falante, outro, enquanto a natural, que é do cerne da língua, trataria dos mecanismos de *flexão* e, por isso, limitada aos moldes da língua.

A língua portuguesa herdou do latim não só a derivação natural, como também a voluntária. Assim, tem-se, em português, não só mecanismos de flexão verbal e nominal, mas também processos de derivação, quando o falante pode, de um nome, dar origem a vários outros.

---

<sup>4</sup> Declinationum genera sunt duo, voluntarium et naturale; (...) Contra naturalem declinationem dico, quae non a singulorum oritur voluntate, sed a communi consensu. Itaque omnes impositis nominibus eorum item declinant casus atque eodem modo dicunt huius Artemidori et huius Ionis et huius Ephesi, sic in casibus aliis. (M. Terenti Varronis, De Lingua Latina, Liber VIII-pars IX).

Cunha & Cintra (p. 81-104) dizem que os processos derivacionais do português podem-se efetivar por prefixação, sufixação, parassíntese, regressão e por conversão, também chamada de derivação imprópria.

Para a prefixação, ao radical se somaria um prefixo que o ressemantizaria sem, contudo, provocar mudança de classe gramatical da base; para a sufixação, o acréscimo de sufixo ao radical poderia acarretar conseqüências sintáticas no nível do enunciado, além de poder somar, ao novo vocábulo derivado, carga semântica motivadora de mudança da classe morfológica; quanto à parassíntese, seria a junção simultânea de sufixo e prefixo a um radical já existente, com todas as implicações morfológicas, semânticas e sintáticas relacionadas à prefixação e à sufixação; quanto à formação regressiva, seria ela uma redução da estrutura de um dado vocábulo a um outro, menor, por meio de subtração de sufixos, como ocorre em *pescar/ pesca*. Quanto à conversão, será estudada com mais detalhe no subtema 3.2 desta dissertação.

A derivação de um novo nome na língua trará alterações de ordem lexical, morfológica, semântica e sintática associadas a esse novo nome. Assim, Basilio (2004: 29) aponta dois fatores primordiais para a criação de um novo item lexical, que são (i) “a motivação gramatical correspondente a necessidades morfológicas e sintáticas” e (ii) a motivação semântica que “corresponde a novas necessidades de denotação”.

Para Basilio (1987: 65-80), além da natureza lexical da derivação, há que se levar em conta as naturezas sintática e semântica de tal processo. Com efeito, a natureza sintática está intrinsecamente relacionada a uma situação de contexto, em que há necessidade de se usar nome de uma classe gramatical em outra.

A motivação sintática também se faz presente, e de forma acentuada, nos processos de nominalização. Ao descrever processos e ações, o verbo tem natureza dinâmica e é uma abstração que necessita de um agente, explícito ou não, para trazer à existência toda a sua condição de ação ou de processo. Dessarte, pode-se ter a natureza como agente do processo de chover, ventar; ou agentes humanos no ato de amar, cobiçar; ou entes, de um modo geral, como em sair, olhar.

Sabe-se que muitos verbos necessitam não só de agentes como também de complementos e, em situação de contexto, orações subordinadas com conjunções

integrantes ou adverbiais, em um sistema crescente de informações que tendem a se avolumar do centro para a periferia como em

(17) os jurados *condenaram* o réu que *foi acusado* de crime hediondo pelo promotor

podem ser reescritas em:

(18) a *condenação* do réu da *acusação* de crime hediondo

Em (17), o foco das ações são os verbos que estão sintaticamente marcados quanto a tempo, a modo, a número e a voz: ativa na primeira oração e passiva na segunda. Depreende-se da sentença que o sujeito é mais de um na primeira oração, que há uma oração relativa que comporta um sujeito agente e outro paciente, que o fato ocorreu no passado, que alguém acusou outrem de algo, e que alguém defendeu.

Todavia em (18), com o uso da nominalização, a ação deixa de ser marcada quanto a tempo, não há necessidade de ter agentes expressos, de ter a voz verbal o aspecto de ativa ou passiva. O foco não é o verbo, mas a atemporalidade da ação que o nome nominalizado traz consigo por não sofrer os processos de flexão verbal (BASILIO, 1987: 76).

Entre nomes deverbais e nominalizados, embora ambos atendam a uma necessidade sintática e sejam derivados de verbos, há uma sutil diferença: o nome deverbal provém do verbo, mas sem acréscimo de sufixo, enquanto o nominalizado faz a sua deriva por meio de sufixo nominalizador. Em ambos, tem-se que o ponto de partida é o verbo, conforme sinaliza Basilio (2004:37).

Consoante Basilio (2004:70) , pode-se também operar a derivação com mudança de classe gramatical, mormente na demonstração de afetividade e em expressões idiomáticas.

Assim sendo, quando se diz:

(19) beba, o café está fresquinho,

o falante de português não vê contradição alguma entre os itens lexicais, como era de se esperar. Ele sabe que *fresquinho* não é forma diminutiva de fresco, tampouco fresco significa frio, e, sim, a expressividade de uma condição bem recente do café: a de ter sido feito há pouco tempo e a de estar quente.

Para verbos, não é diferente. Em

- (20) o repórter *desdisse* o ocorrido
- (21) o repórter *não disse* o ocorrido
- (22) o repórter *desmentiu* o ocorrido

tem-se o verbo *dizer* em contextos distintos: *desdizer* não é o mesmo que *não dizer*, embora o prefixo *des-* tenha carga semântica de negação, que, por sua vez, é bastante diferente de *desmentir*. Em *não dizer*, não ocorreu o ato verbal *dizer*, já em *desdizer* pode ter havido engano no ato de *dizer*, que deve ser clarificado enquanto *desmentir* é ato relacionado a fato não verdadeiro que precisa ser corrigido.

Em suma, e na esteira de Basilio (1987, 2004), pode-se dizer que a derivação ocorre como fator primordial de ampliação do léxico e no processo derivacional se fazem presentes tanto fatores morfológicos, quanto sintáticos e semânticos haja vista de um verbo poder-se derivar um nome deverbal, ou proceder-se à nominalização do verbo por acréscimo de sufixos nominalizadores que agem diretamente na estrutura sintática do enunciado; ou, mesmo de um nome, poder-se derivar um verbo que, podendo ser flexionado quanto a modo/tempo e número/ pessoa, trará consigo toda a gama de significados, concretos ou abstratos, que esse nome derivante possa ter.

### 3.2

#### Da conversão

São poucos os autores que defendem, para o português, o processo morfológico de conversão de nomes a verbos haja vista a conversão ser o uso de um vocábulo de uma classe gramatical em outra, sem perda ou ganho morfofonêmico. Rocha (p.175) chega a perguntar “se a conversão do vocábulo de

uma classe lexical para outra não seria exclusivamente um problema sintático, que escapa ao estudo da morfologia”.

Cunha & Cintra (p.104) asseveram que a conversão, também chamada de derivação imprópria, “não deve ser incluída entre os processos de formação de palavras (...) pois pertence à área da semântica, e não à da morfologia”.

Contudo, a conversão traz consigo não só o fator sintático, mas também o semântico, concomitantemente, uma vez ter caráter transitório por servir tão somente ao contexto de sua produção. Assim, pode-se usar verbo e adjetivo como substantivo, e substantivo como adjetivo, ou mesmo adjetivo como advérbio (BASILIO, 1987: 60-64).

Na língua portuguesa, segundo Cunha & Cintra (p.103), tem-se recurso morfossintático bastante comum de conversão de um nome de uma classe de palavras para outra: o artigo, que é, preponderantemente, determinante de gênero e de número de substantivo:

(23) *os* brasileiros têm que analisar *os* *sins* e *os* *nãos* desse plebiscito

Pelo uso anteposto do artigo *o*, o adjetivo *brasileiro* passa a ser substantivo e núcleo sintático do sujeito, e os advérbios *sim* e *não*, a serem núcleo sintático do objeto direto e, por estarem substantivados, podem se flexionar em número e em gênero, o que é morfologicamente impensável para um advérbio.

Ou, mesmo por distribuição sintática, pode-se dar a conversão morfológica de verbo a substantivo como se pode ver em

(24) *viver* é bom

em que o verbo *viver* ocupa, na estrutura sintática, a função de sujeito.

Tomando o exemplo dado em (24), em latim, o processo de conversão de verbo a nome era determinado não pelo artigo, que lá não existia, mas poder-se-ia fazer em presença de um adjetivo ou de um substantivo de gênero neutro como atributo de verbo morfológicamente convertido a nome:

(25) *vivere bonum est.*

Nessa estrutura oracional, tem-se o verbo infinito *vivere*, na função sintática de sujeito, o verbo finito *est* e o predicativo *bonum*, de gênero neutro, que no português se faz presente pelo gênero masculino: viver é bom.

Em artigo a ser publicado, Basilio (2007a: 2) define o léxico como sendo “um conjunto de formas simbólicas, isto é, formas associadas a significados ou formas que evocam significados” e continua a autora dizendo que a “metonímia é central nos padrões morfológicos que otimizam a eficiência lexical em que ocorre transferência de conceito de um alvo para outro”.

Nessa evocação simbólica de significados, poder-se-ia dizer

(26) estou lendo Homero

em que, por associação de conceitos, ler Homero remete às obras literárias desse autor, a *Ilíada* e a *Odisséia*.

No artigo *When Nouns Surface as Verbs*, Clark & Clark (p. 767- 811) tratam especificamente da conversão de nomes a verbos na língua inglesa. Para eles, a conversão depende do contexto, e tal processo tem uso particular de denotação em contextos específicos de sua produção em que a compreensão se estabelece entre falante e ouvinte. Assim, para os autores, a conversão de nome a verbo deve seguir quatro pressupostos:

- 1) verbos originados de nomes não podem receber afixos;
- 2) o nome da base tem de denotar um objeto ou uma propriedade intrínseca e esse mesmo objeto;
- 3) o verbo deve apresentar uso mais concreto e menos metafórico possível;
- 4) e cada verbo formado deve ser genuinamente um verbo finito.

Entretanto, na formação de verbos por conversão na língua inglesa, Aronoff (p.744-758) nega ser o contexto como sendo primordial para o entendimento do verbo originado por conversão uma vez a base trazer consigo o significado do novo item lexical. O falante já conhece, de antemão, o significado da base.

Contudo, em complementação a Aronoff, há de se levar em conta o conhecimento de mundo que o falante tem ao ouvir a sentença

(27) Maria jibóia na margem da piscina,

que o levará a compreender que o verbo jiboiar se relaciona à base jibóia, e que Maria, tal como uma jibóia, aproveita para descansar sob o sol e à beira da água tal como fazem as jibóias.

Em sendo assim, além do conhecimento lexical, há de se ter conhecimento de mundo, e que se conheçam as particularidades da entidade jibóia para que se compreenda o que se quer dizer com o neologismo denominativo *jiboiar*.

Quanto à formação de verbos denominativos *X-ar* por processo de conversão no português, há controvérsias. Em artigo publicado em 1997 (p. 373), Basilio & Martins refutam a possibilidade da conversão ao classificarem *-ar* como sufixo derivacional, pois “a estruturação do tema (...) pertence ao domínio da derivação”, que enquadraria o novo verbo no paradigma flexional da 1ª conjugação verbal do português.

Nesse ponto da análise, deve-se retomar o que já foi dito no subtema 2.5 desta dissertação sobre derivação mediata, que seria a interposição de elemento mórfico entre o radical e as desinências flexionais de modo/ tempo e número/ pessoa; e a imediata, que seria a adição de sufixo diretamente ao radical, uma vez afirmarem, alguns autores, que sufixos verbais somente são *-e-*; *-iz-*; *-ej-*; *-ific-*, dentre outros, que podem ser agregados à base nominal, e aos quais se podem adjungir vogal temática verbal e desinência de infinitivo.

Contudo, não há de se desprezar aquilo que os historicistas dizem ser esses sufixos verbais: fazem parte, diacronicamente, de um radical estendido, tanto no latim quanto nas línguas românicas, e têm acentuado valor semântico na base do verbo, a ponto de Cunha & Cintra (p.100) sugerirem que tais sufixos sejam considerados, sincronicamente, como componentes da base verbal. Desse modo, em *eletrificar*, ter-se-ia a base nominal estendida *eletrific-* à qual se acresceria, por derivação, o sufixo verbal *-ar*.

Rio-Torto (1998b: 316), sem dar pormenores, admite que na formação de verbos em *-ar*, pode-se trabalhar não só com a possibilidade de conversão como também com a de derivação sufixal. Isso se dá pelo fato de a vogal temática ser a responsável por introduzir o verbo nos paradigmas flexionais verbais. Sendo assim, ela seria a responsável por derivar, do nome, o verbo; ou converter o nome a verbo.

Já Villalva (p.121) diz que para nomes atemáticos, o processo de criação de verbo em *-ar* se daria por acréscimo de vogal temática *-a* à raiz nominal, que com ela formaria a base à qual se acrescentaria a desinência *-r* de infinitivo. Assim, poder-se-ia ter, da raiz nominal atemática *mel*, o verbo *melar* com o acréscimo do índice temático *-a* à raiz, com ela formando a base temática *mela* à qual se acrescentaria a desinência *-r* de infinitivo.

Ainda consoante a autora, para nomes temáticos, se o tema nominal é *-a*, ao nome apenas se adjunge a desinência de infinitivo *-r*, em cima do qual se daria a conversão de nome a verbo. Assim, o nome temático *merenda* seria convertido a verbo ao se lhe acrescentar a desinência *-r* de infinitivo.

Entretanto, ao se analisar a formação de verbos denominais originados de bases temáticas *-e/ -o*, ter-se-ia formação sufixal, haja vista ao nome ser acrescida sufixalmente a vogal temática verbal *-a* e a desinência *-r* de infinitivo, com a perda das vogais temáticas nominais. Dados os fatos, do nome temático *asfalto*, ter-se-ia, por derivação, o verbo *asfaltar*; ou de *dente*, *dentar*.

Ao se afirmar que a vogal temática nominal *-a* se converte em vogal temática verbal *-a*, atribui-se a ela características de morfema *portmanteau*, o que morfologicamente não é bem aceitável, já que a vogal temática nominal apresenta valor secundário de preparar o nome para receber sufixos nominais de gênero e de número, ser átona, e haver nomes atemáticos, cabendo à vogal temática verbal, tônica na sua forma infinita, o valor primordial de introduzir o verbo nos paradigmas flexionais verbais. Ademais, não há verbos atemáticos, mesmo os anômalos.

Dessarte, se para os nomes temáticos *-e/ -o* ocorre a derivação com o acréscimo da vogal temática verbal *-a* ao nome, o mesmo poder-se-ia afirmar para os nomes temáticos em *-a*, haja vista a natureza das vogais temáticas nominais e verbais serem diferentes e a língua tender a um padrão morfológico quanto a verbo, que é a derivação, ficando a conversão, pelo menos em língua portuguesa, restrita aos usos sintáticos da língua.



### 3.3

#### Da direcionalidade

Nos estudos da direcionalidade no processo de formação de verbo denominal, é de fundamental importância estabelecer diferença entre derivação regressiva e progressiva.

A praxe na língua portuguesa é que a derivação seja progressiva, isto é, que se acrescente a uma base sufixos ou prefixos, ficando a derivação regressiva, consoante alguns lingüistas, como Alves (1990) e Rio-Torto (1998b), e muitos gramáticos, responsável pela criação de novo vocábulo com a subtração de elemento mórfico. Assim, ter-se-ia dos verbos *podar/ cortar/ cercar*, os nomes deverbais *poda/ corte/ cerco*.

Tomem-se, como exemplos,

- (28) o jardineiro *poda* as árvores anualmente
- (29) a *poda* das árvores deve ser anual

em que o substantivo *poda* guarda com o verbo *podar* estreita correlação de abstração, de sentido e de complementação. Sintaticamente, tanto o verbo *podar* quanto o nome *poda* pedem um complemento, e o uso de verbo ou do nome deverbais se dará por escolha da estrutura discursiva feita pelo falante, pois, na observação de Martins consoante à nominalização (p.32), “ é nas características semânticas do verbo que o falante está interessado ao operar a mudança de classe”.

Havendo no nome a noção expressa pelo verbo, a direcionalidade da formação seria, então, de verbo para nome e o nome seria, dessarte, um deverbais.

Entretanto, há um problema que deve ser levantado. Nem sempre o nome, tido por deverbais, mantém o seu sentido mais abstrato de correlação com o verbo de que se origina. Examinem-se:

- (30) o corte da cana acabou
- (31) o corte do tecido acabou

Em (30), o substantivo *corte* não só mantém estreita correlação argumental com o verbo, como também correlação de significação do ato de cortar, e, por isso, é mais abstrato. Pode-se dizer que é um deverbal. Porém, em (31), o mesmo substantivo é usado de modo menos abstrato, pois se refere a uma peça que contém certa quantidade de tecido que foi cortada para ser posta à venda sendo, pois, uma extensão do sentido da base.

Consultando-se o dicionário, vê-se que ambos os nomes *corte* têm origem no verbo *cortar* e, por isso, são deverbais, só que (30) é mais prototipicamente deverbal que (31), que se afasta da estrutura argumental e de significação do verbo *cortar*. Posto isso, pode-se dizer, com Basilio (1999: 2), que “a correspondência de estrutura temática não pode ser usada como critério definitivo para a identificação de formas como deverbais ou não”.

Feita a análise da formação deverbal, chega-se à questão que permeia a formação de verbos denominais no português, e pode-se dizer que tal formação perpassa a classificação tradicional que as gramáticas dão para os nomes, sejam eles adjetivos, sejam substantivos.

Veja-se, a título de exemplo, o que Cunha & Cintra (p.171) dizem acerca do nome substantivo, que “é a palavra com que designamos ou nomeamos os seres em geral”. E classificam o substantivo em concreto e em abstrato.

Já para os verbos, Rocha Lima (p.107) os define como sendo palavra “que denota ação, estado, ou fenômeno, é a parte da oração mais rica em variações de forma ou acidentes gramaticais.” O gramático chama de acidentes gramaticais o modo, o tempo, a voz, o número e a pessoa.

Dadas tais classificações, vê-se que a principal função do nome é nomear coisas, objetos, pessoas, sentimentos etc., isto é, identificar, para o mundo, o nomeado, seja ele concreto, seja ele abstrato quanto à denominação classificatória que as GTs fazem para esses nomes.

Com proposta diferente das GTs quanto à classificação de nomes em abstratos e em concretos, Guillen (p.27) apresenta uma outra que seja capaz de dar conta dos fatos da língua, qual seja, a classificação de nomes em abstratos/ não abstratos.

Desse modo, seriam arrolados como abstratos, os nomes que designariam qualidades, estados e ações, juntamente com os adjetivos, todos na dependência

de ente animado ou inanimado para existirem, como, p. ex., bondade, medo, tortura, limpo.

No grupo dos concretos, os nomes já classificados pelas GTs como concretos por terem existência própria (pedra, telha, ferro, gato), as entidades sociais que são tidas como ente provido de personalidade jurídica (OAB, CNBB), ou não ( igreja, clube), e muitos outros que dependem da abstração mental por não serem visíveis e nem palpáveis (Deus, mula-sem-cabeça, vento).

Guillen (ibid.) também classifica como concretos os nomes que

embora tendo uma realização concreta, requerem uma abstração mental da realidade ou da ficção para que isso aconteça, ou seja, idealiza-se um substantivo que corresponde a uma coisa isolada do mundo extralingüístico.

Assim, do mundo extralingüístico, mas de realização concreta, tem-se justiça, divórcio, fofoca, bagunça, dentre muitos outros.

Quanto aos verbos, depreende-se que podem indicar ações, eventos, estados ou mudanças de estado, dentre outros, e deve-se acrescentar que o ponto central do verbo é o de ser predicado, enquanto ao nome cabe exercer a função de argumento. Entrementes, os nomes também podem indicar ações (jardinagem), eventos (separação), processos (saída), estados (loucura) ou mudanças de estado (emagrecimento). Nessa via de mão dupla por onde transitam nome/ verbo, e dada a necessidade, pode-se derivar nome de verbo e verbo de nome. Assim, do substantivo concreto *baba*, pode-se derivar o verbo *babar*, que é ato de produzir baba; ou *murar*, que é ato de pôr muro em.

Retomando os 4 pressupostos de Clark & Clark para a formação de verbos por conversão na língua inglesa já citados nesta dissertação, embora no português a conversão de nome a verbo não se efetive, a conversão que se processa em outras categorias gramaticais, como, p. ex., advérbio, adjetivo, dá-se muito mais no nível sintático e semântico do que no nível morfológico.

Contudo, ao se considerar a derivação de verbos denominais *X-ar* no português, percebe-se que a base da derivação denominal segue um padrão de denominação mais ou menos concreto; que a base denota um objeto ou propriedade desse objeto e que, por fim, uma vez formado o verbo, pode ele ser conjugado:

(32) a aluna *xerocou* o exercício

O verbo *xerocar* deriva-se de *xerox*<sup>5</sup> e dá nome a um instrumento concreto, ao qual se acrescenta a vogal temática verbal *-a* e a desinência *-r* de infinitivo, podendo ser conjugado em qualquer tempo, modo ou pessoa. É verbo de 1ª conjugação verbal, é regular, e apresenta formas nominais de gerúndio – *xerocando* e de participio – *xerocado*.

Em síntese, formam-se verbos denominais a partir de nomes mais concretos do que de abstratos. Uma vez formado o verbo denominal, ele guarda consigo o significado do substantivo que lhe deu origem e, pode-se nominalizar por meio de sufixo nominalizador, como se pode ver pelo esquema:

$$N \text{ +/- conc} + \text{vgtv} = V \rightarrow V\text{-vgtv} + \text{sf. nom} = N' \text{ -/} + \text{conc}$$

em que passaria, o novo nome, a ter um significado nominal bem menos concreto do que o do nome que deu origem ao verbo denominal. Desse modo, poder-se-ia dizer que deverbal seria o nome mais abstrato, originário de verbo; e denominal, o verbo originário de nome mais concreto.

Dessa análise, a direcionalidade passaria, então, pela seguinte gradação: do nome mais concreto se originaria verbo abstrato que, por sua vez, se recomporia, por nominalização, em outro nome menos abstrato que ele, verbo, e menos concreto que o nome que deu origem ao verbo denominal.

---

<sup>5</sup>O verbo *xerocar* deriva de *xerox*, substantivo de origem grega, que significa *a seco*